

TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO

1. OBJETO

O presente documento trata dos procedimentos e orientações necessárias para contratação de Empresa através de abertura de Processo Licitatório, objetivando a execução de obras de **Manutenção Preventiva da Casa da Cultura Dide Brandão - Rua Hercílio Luz, 655 - Bairro Centro - Itajaí/SC**, objetivando sanar as patologias desta Edificação Histórica da cidade de Itajaí.

2. JUSTIFICATIVA

O antigo Grupo Escolar Victor Meirelles, atual Casa de Cultura Dide Brandão, é uma edificação que representa as importantes mudanças urbanísticas e sociais que ocorreram em Itajaí no início do século XX. Ilustra um novo conceito de edificação escolar, republicano e baseado na pedagogia moderna que veio substituir as pequenas escolas multisseriadas, com conceitos higienistas. Além de atender os estudantes separados em níveis, as atividades incluíam aulas de ginástica, música, trabalhos manuais. Esse espaço representou uma mudança de paradigma para a educação e cultura itajaiense trazendo a educação para a área urbana e em desenvolvimento da jovem Itajaí que se inspirava nas grandes cidades do mundo para projetar-se no progresso. Foi durante o governo do Cel. Vidal Oliveira Ramos que foi inaugurado o Grupo Escolar Victor Meirelles, no dia 4 de dezembro de 1913. A edificação funcionou como escola até o ano de 1980, ano em que se mudou para nova sede que foi construída para atender a grande demanda de estudantes na cidade, e situa-se atrás do antigo prédio, onde funciona até os dias atuais.

Itajaí consolidou-se como polo cultural, especialmente na década de 1980 e a necessidade de ter um espaço que pudesse acolher as atividades artístico culturais levou a administração municipal a requerer o uso do prédio do antigo Grupo Escolar Vitor Meirelles para receber cursos de artes, exposições e espetáculos. Assim, no dia 13 de julho

de 1982 a edificação é reinaugurada como Casa da Cultura Dide Brandão. O espaço que funciona até hoje recebe exposições de arte, apresentações culturais e cursos voltados para o segmento artístico e cultural, é palco de grandes eventos como o Festival de Música de Itajaí, Salão Nacional de Artes, Festival Brasileiro de Teatro Toni Cunha, e ainda acolhe as atividades do Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niheues.

O prédio da Casa da Cultura Dide Brandão é tombado em nível municipal e estadual, no Município pelo Decreto nº 5757, de 17 de dezembro de 1998, e no Estado pelo Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001. É propriedade da Prefeitura de Itajaí e administrado pela Fundação Cultural de Itajaí.

A edificação passou por um processo de restauração, cujas obras foram finalizadas em 2012. Desde a entrega do restauro, em 4 de dezembro de 2012, foram realizados apenas pequenos reparos, como substituição de telhas quebradas, manutenção de tomadas isoladas e pintura de paredes de galerias de arte. A edificação atende aproximadamente 300 usuários fixos que utilizam de suas instalações para aulas, exposições e ensaios, sem contar o público circulante que frequenta as exposições de arte e os espetáculos que acontecem no auditório da Casa da Cultura.

As intervenções de manutenção preventiva da Casa da Cultura Dide Brandão se fazem extremamente necessárias por diversos fatores. No que se refere à proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural é importante ressaltarmos que a falta de manutenção predial adequada causou recentemente prejuízos imensuráveis à história e cultura brasileira, com o caso do incêndio do Museu Nacional, ocorrido em 02 de setembro de 2018, que levou não apenas à destruição quase completa da edificação, mas a perda irrecuperável de grande parte de seu acervo.

Ao se considerar os fatores econômicos é importante observar que realizar manutenções periódicas prolongam a vida útil da edificação e reduzem-se os investimentos em restauros complexos, já que os reparos frequentes diminuem danos maiores causadores de grandes investimentos em processos de restauração complexos. Em edificações históricas, a falta de manutenções e reparos acelera muito a degradação do imóvel e contribui para um rápido estágio de decadência e abandono, com implicações que vão desde a redução de sua vida útil a impactos sociais negativos.

Ainda se ressalta que, no caso de edificações históricas, é preciso diferenciar os

procedimentos de manutenção de um edifício corrente, onde por exemplo, o fim da vida útil de um elemento construtivo original não serve para justificar a sua imediata substituição.

Umas das cartas patrimoniais mais importantes, a Carta de Veneza, de 1964, estabelece que a conservação dos monumentos históricos exige, antes de tudo, manutenção permanente. A norma brasileira NBR 5674 (1999) prevê a manutenção das edificações existentes, o que inclui as edificações históricas, e as novas edificações construídas, destacando que é inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis. A particularidade das intervenções de manutenção em edificações históricas se dá pelas características específicas existentes, pelo cuidado com a preservação da autenticidade, tanto estética quanto de materiais, e por ter que contar com conhecimentos e equipes multidisciplinares nos processos de intervenção em edifícios históricos.

Considerando que o Município não dispõe de equipe técnica e equipamentos em número e qualidade para atender a necessidade e especificidade de execução dos serviços necessários, a Superintendência Administrativa das Fundações, por meio da Fundação Cultural de Itajaí, solicita que seja realizada licitação na modalidade tomada de preço, do tipo menor preço, em regime de empreitada por valor global (Pregão), na forma e condições estabelecidas em Edital com seus anexos e em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, para a contratação de empresa de arquitetura/engenharia para serviços de Manutenção Preventiva da Casa da Cultura Dide Brandão.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS:

A presente Licitação terá a modalidade **EMPREITADA GLOBAL POR PREÇO UNITÁRIO**, tem por objetivo a contratação de Empresa para execução, por regime de empreitada global por preço unitário, menor valor dentro das especificações da obra abaixo descrita.

Reforma/Restauro da área total de **1.460,04 m²** (duzentos e seis vírgula zero seis

metros quadrados) compreendendo a descrição da obra E a constante no Memorial Descritivo e Projeto Arquitetônico. O Valor total Global da obra/restauro, conforme planilha orçamentária é de **R\$ 1.328.872,58** (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), conforme Solicitação de Compra Nº ____/2022, Bloqueio Orçamentário Despesa ____ – _____.

O entorno da obra deverá ser sinalizado de modo a orientar os transeuntes durante o período de obras, identificando homens e equipamentos, assim como desvios e mudanças de tráfego de veículos na via e de pedestres que se utilizam do passeio no perímetro da edificação, que possam eventualmente ocorrer.

Todos os serviços preliminares necessários à execução da obra serão de inteira responsabilidade da Contratada. Alguns exemplos dessas operações, como podas de árvores, limpeza da área externa, remoção de mobiliários, readequação de projetos, aplicação de tapumes (caso haja necessidade).

A Contratada responderá pelas consequências de danos ocasionados a terceiros, pelas irregularidades ou quaisquer outras anomalias ocorridas durante os serviços executados, sem ônus para a Contratante.

4. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Os Serviços abaixo descritos estão previstos na planilha orçamentária da obra.

Os quantitativos estimados foram previstos considerando a possibilidade de utilização dos materiais e serviços para a execução da obra. Deste modo, a necessidade do emprego destes terá que ser constatada pela Fiscalização.

O escopo detalhado dos serviços envolve a execução de todas as exigências previstas no Projeto Arquitetônico e Projetos Complementares, Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Composição com demais anexos do Edital da Licitação.

Todos os serviços serão executados em consonância com o Projeto, Memorial Descritivo e demais anexos que compõem o presente Projeto Arquitetônico.

As Normas, Manuais, Instruções e Especificações vigentes da ABNT, deverão ser obedecidos. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecidas, com a respectiva

justificativa será submetida à consideração da Fiscalização, a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a Contratada:

1. Cumprir todas as exigências constantes dos Projetos e seus anexos.
2. Deverá ser instalada a placa de identificação da obra, em chapa de aço galvanizado, em local visível e em conformidade com as diretrizes e padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Itajaí.
3. Alocar profissionais habilitados para o desenvolvimento dos trabalhos (arquiteto, engenheiro civil e técnico de segurança do trabalho). A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro de equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
4. Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registrado no CAU ou CREA, que comprove ter o profissional os serviços exigidos na qualificação técnica do presente Projeto de Restauro, com características compatíveis com o objeto desta licitação.
5. Emitir relatórios quinzenais das atividades desenvolvidas, em que constarão todas as informações técnicas relacionadas ao serviço.
6. Executar os serviços dentro das disposições contidas no Projeto Arquitetônico, Projetos Complementares e Memorial Descritivo, e de modo geral, as Especificações e Normas Técnicas vigentes, pertinentes aos serviços em licitação, assim bem como as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e quando houver, dos Órgãos Ambientais.
7. Seguir o Cronograma Físico das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação "in loco" e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

8. Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo o que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.
9. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.
10. Prestar orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse, em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.
11. Supervisionar e coordenar os trabalhos, primando pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
12. Manter durante a execução dos serviços, os funcionários devidamente uniformizados, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e utilizando equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), devidamente apropriados e regulamentados.
13. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividade em execução, mantendo estreita comunicação com a Fiscalização.
14. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização.
15. Providenciar junto ao CREA/CAU, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)/Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), relativa aos serviços objeto a licitação, apresentando o documento em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.
16. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional a Administração Pública.
17. Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado constantemente as devidas limpezas da via, recomposição de calçadas e via apta ao trânsito.
18. Promover medidas de proteção para a redução e/ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus funcionários, bem como fornecer os equipamentos de proteção individual, necessários, tais como luvas, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, capacetes, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as

normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

19. Cabe a Contratada, perante os seus funcionários, todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.
20. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da Classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional a Administração Pública Municipal.
21. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Administração Pública Municipal, nem poderá onerar o objeto desta licitação/contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Pública.
22. Apresentar a Fiscalização, a etapa inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão remanejados, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.
23. Apresentar a Fiscalização, o organograma com a distribuição dos cargos e funções, acompanhado do Plano de Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de toda a equipe de funcionários envolvidos na obra.
24. Verificar e compatibilizar todos os desenhos e projetos, fornecidos para a execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões as Normas Técnicas, ou posturas, caberá a Contratada formular imediata comunicação escrita a Fiscalização, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.
25. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.
26. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados ou que se verifiquem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados de ciência pela Contratada, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização.
27. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária

para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

28. Submeter à Fiscalização as amostras de todo o material a ser empregado na reforma, com o objetivo de avaliar a qualidade dos materiais e verificar se estão dentro das Normas Técnicas.
29. A Contratada deverá abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto desta licitação, sem prévia autorização da Administração Pública.
30. Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.
31. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos, e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa ou de qualquer de seus funcionários e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento desta licitação.
32. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus funcionários, diretamente a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo.
33. Prestar esclarecimentos a Fiscalização, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolva a Contratada, independente de solicitação.
34. A Contratada, deverá comprometer-se a cumprir a legislação ambiental vigente, da Associação brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais legislações pertinentes.
35. Qualquer operário ou empregado da empresa Contratada, ou de qualquer subcontratada, que na opinião da Fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser afastado imediatamente pela contratada.
36. Todos os equipamentos utilizados deverão ser adequados de modo a atender às exigências dos serviços e produzir a quantidade e qualidade satisfatória. A fiscalização poderá ordenar remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento que não atenda as exigências dos serviços.
37. Será de inteira responsabilidade da contratada a sinalização do local onde se desenvolverá os serviços, durante o período de execução.

38. Será de inteira responsabilidade da contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes do não cumprimento de qualquer norma que envolva a contratação, não excluindo ou reduzindo a referida responsabilidade, a existência da Fiscalização ou acompanhamento pelo Município.
39. A contratada terá responsabilidade exclusiva sobre a segurança e assistência de seus empregados fazendo cumprir, no que couber, exigências da Lei n. 6.514 de 22/12/1977 e suas Normas Regulamentadoras.
40. Os serviços serão considerados concluídos mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, de acordo com o artigo 73 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, podendo ser exigidos antes da emissão do Termo a limpeza geral, bem como reparos, caso a Fiscalização julgar necessário.
41. Quanto a destinação de resíduos da construção civil, referente a reforma, todo material excedente deverá ser retirado do local e direcionado para destino adequado, obedecendo legislação específica se acaso existir para isso no município.

6. FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização ficará a cargo do Servidor Efetivo – Arquiteto e Urbanista João de Barros Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, cedido por meio de convênio para Superintendência Administrativa das Fundações, e será exercida objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

- O Contratante manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessário ao acompanhamento e controle dos trabalhos.
- A Contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo

prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

- a. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, este Projeto Arquitetônico e Complementares, memorial descritivo, orçamentos, cronogramas, diário de obras, etc.;
- b. Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos trabalhos;
- c. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização;
- d. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, bem como nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- e. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- f. Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Projeto Básico;
- g. Verificar e aprovar as soluções alternativas propostas para a execução do objeto quanto a sua adequação técnica e econômica de modo a atender às necessidades da Contratante;
- h. Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- i. Receber provisoriamente e definitivamente a documentação final de cada etapa do Projeto, verificando o atendimento as especificações e a apresentação de todos os documentos previstos.
- j. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
- k. As reuniões realizadas serão documentadas e exercidas de modo sistemático pela Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- l. As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela

Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá apresentar: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) / Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente paga(s), referente(s) ao(s) serviço(s) executados. A(s) ART(s)/RRT(s) deve(m) conter o(s) nome(s) do(s) Responsável(eis) e o endereço do local de execução do serviço.

A contratada deverá manter no local de execução da obra um profissional habilitado para realizar o acompanhamento dos serviços.

8. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

Na execução do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independente de citação:

- a. Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP (Decreto nº 92.100/85);
- b. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA;
- c. Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- d. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- e. Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;
- f. Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- g. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- h. Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato;

- i. Legislações ambientais e licenciamentos necessários;
- j. Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- k. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. **Certificado de Registro e Regularidade da empresa (pessoa jurídica):** A proponente deverá comprovar regularidade e registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.

- Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade da empresa.

b. **Certificado de Registro e Regularidade do Profissional (pessoa física):** Apresentar registro e/ou certidão de inscrição e comprovante de regularidade junto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução do serviço contratado e a comprovação do vínculo empregatício, devendo constar, no mínimo:

1 (um) Arquiteto;

- Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade;
- Comprovação de vínculo empregatício do profissional;
- Certidão de Acervo Técnico, de serviços concluídos, compatíveis com os exigidos neste Termo de Referência para pessoa jurídica.

1 (um) Restaurador

- Comprovação de Realização de Serviços de Restauro;
- Comprovação de vínculo empregatício do profissional;
- Atestado Técnico, de serviços concluídos, referente aos Serviços de Execução de Restauro de Obras de Arte ou Fachadas e Pinturas.

c. **Capacidade Operacional e Profissional (pessoa jurídica):** A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pela respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA, do(s) responsável(eis) técnico(s), ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA - OPERACIONAL	
a) Execução de Restauro de Edificação	730,02 m²
b) Execução de Estrutura de Madeira	730,02 m²
c) Execução de Adequação de Acessibilidade	730,02 m²
d) Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão	730,02 m²
e) Execução de Instalações Preventiva de Incêndio	730,02 m²

- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- CAT(s), devendo ser acompanhada(s) das respectivas RRT/ART(s) em caso de necessidade de complementação de informações.

c.1) Será permitida para a comprovação quantitativa mínima de todos os itens acima a apresentação de certidão e atestado proveniente de no máximo 01 (um) único contrato. A limitação da quantidade de atestados exigida para comprovar a Capacidade Operacional, se deve ao fato de que as obras que serão supervisionadas possuem grau de complexidade técnica de execução que exigirá aprimorados conhecimentos operacionais e profissionais, de forma a cumprir plenamente todas às exigências do Termo de Referência.

c.2) Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

c.3) Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, em acordo ao disposto no § 2º do Artigo 30 da Lei 8.666/93. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.

c.4) A fim de agilizar a avaliação do processo, solicita-se a identificação dos Itens de Relevância Técnica nos atestados por parte da Licitante.

d. Orientações Gerais:

d.1) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA, devidamente atualizada;

d.2) Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

d.3) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com este Projeto Executivo.

A Contratante deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas neste Projeto Executivo, em um prazo de 20 (vinte) dias

Os pagamentos das faturas estão condicionados:

- a. A análise e aprovação pela Fiscalização dos serviços executados;
- b. A apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) de todos os serviços executados, acompanhadas pelos seus respectivos comprovantes de quitação;
- c. O prazo para execução e entrega da obra será de 08 (meses) meses a partir da emissão da ordem de início dos serviços.
- d. O pagamento, decorrente dos serviços, será efetuado mediante crédito em conta corrente, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da nota fiscal atestada após a aprovação dos serviços, pelo Servidor ou Comissão de Fiscalização designada, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, incisos I e II, alíneas “b” (conforme o caso), da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- e. O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações quanto à Justiça do Trabalho inclusive apresentando folhas de pagamento que comprovem os direitos de vale transporte, vale alimentação e pagamento de salário família quando necessários. Estar em dia com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f. O pagamento somente será efetuado após “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.
- g. Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do Processo, Contrato Administrativo, empenho, a quantidade, o preço unitário e o total dos itens expressos em reais.
- h. Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.
- i. A Empresa vencedora deverá indicar, com a documentação fiscal, o número de sua conta bancária através da qual poderá ser efetuado o pagamento das despesas.

- j. As medições serão processadas mensalmente, de acordo com os quantitativos da planilha, exceto a inicial e a final.
- k. Os serviços deverão ser acompanhados de relatórios fotográficos, memórias de cálculo e demais elementos que se fizerem necessários, com assinaturas de todos os técnicos que participaram da execução do mesmo com as devidas anotações dos respectivos conselhos nas entidades de classe.

11. DA VISITAÇÃO AO LOCAL DOS SERVIÇOS

A empresa interessada na participação da licitação deverá, através de preposto devidamente credenciado, conhecer dos locais onde serão realizadas as obras, inteirando-se suficientemente da natureza, vulto e todas as condições que envolvem a execução das mesmas. O fato da concorrente não se inteirar devidamente de todos os detalhes e condições, não será posteriormente motivo de qualquer reclamação a respeito.

A vistoria propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo àquilo que possa de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, Declaração de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto da licitação, responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais das obras, não podendo nada pleitear ou reclamar a respeito.

12. DAS MEDIÇÕES

As medições mensais serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados e serão feitas pela Equipe de Fiscalização, devidamente acompanhado por um representante designado pela Contratada.

Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório a abertura do “Diário de

Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006 - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências).

Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela Fiscalização, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: Responsável Técnico da licitante vencedora, pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante e Coordenação Técnica da Superintendência das Fundações.

13. DA RECISÃO DO CONTRATO

O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores.

Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.

Itajaí, dezembro de 2022

NORMÉLIO PEDRO WEBER

Superintendente Administrativo das Fundações